



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012



Índice

Índice.....	2
1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental.....	5
3 - Despesas com o pessoal.....	7
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	9
5 – Situação Financeira.....	15
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	19



1 - Introdução

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011, tendo por objectivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da citada Lei, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 2/2007, de 15/01 - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2012 foi um ano de grande importância para o Município de Celorico da Beira, tal como para as autarquias em geral. Para além das dificuldades financeiras que acompanham o Município já à vários anos, 2012 foi mais uma ano de austeridade para o país, o que também se refletiu nos municípios com mais cortes nas transferências estatais. Foi também o ano em que foi publicada a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (lei dos compromissos e



pagamentos em atraso - LCPA), que veio intensificar o controlo nas despesas a realizar pelo Estado e que obriga à redução dos pagamentos em atraso. Foi também criada uma linha de financiamento para as Autarquias com vista a redução desses mesmos pagamento em atraso (Programa de Apoio à Economia Local - PAEL).

Tendo em conta a difícil situação financeira do Município, foi declarada pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, a situação de desequilíbrio financeiro estrutural nos termos da Lei das Finanças Locais, que foi acompanhada pelo respetivo plano de reequilíbrio financeiro que já incluía uma candidatura ao PAEL. Este plano apenas foi aprovado pela Secretaria da Administração Local em 2013 estando ainda a decorrer os procedimentos administrativos para que o mesmo seja remetido a Tribunal de Contas.

De qualquer modo é de salientar que apesar das dificuldades o Município realizou grandes investimentos suportados por financiamentos comunitário, de onde se destacam o Parque industrial da A25, Pista de Pesca da Ratoeira e Requalificação das Margens do Rio Mondego. Também se realizaram diversos eventos desportivos e culturais co-financiados tais como a Feira do Queijo, Parapente de Linhares da Beira e o festival Danças na Água.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2012. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual. Sempre que for necessário serão apresentados gráficos e quadros de modo a simplificar a análise.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	5.476.798	5.788.970	6.119.861	6.693.303	6.435.777	6.006.408
Despesas Correntes	6.148.396	6.869.607	6.783.547	9.501.616	7.379.987	7.113.950
Outras receitas	8.447	339	62	646	270.077	4.279
	-671.597	-1.080.637	-663.686	-2.808.313	-944.210	-1.107.542

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas de Capital	3.547.421	5.201.897	3.667.455	7.311.646	2.750.782	4.253.407
Despesas de Capital	3.035.898	4.127.925	3.011.914	4.479.215	1.865.220	3.255.933
	511.523	1.073.972	655.542	2.832.431	885.562	997.473

2.2 - Execuções orçamentais

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	55,75%	47,03%	47,03%	43,79%	47,25%	43,85%
Receitas de Capital	31,84%	33,73%	25,84%	73,18%	32,16%	45,38%
Total Geral	43,04%	39,63%	35,93%	55,42%	42,25%	45,20%

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Correntes	60,16%	51,67%	47,50%	62,26%	52,71%	50,98%
Despesa de Capital	28,21%	28,59%	23,41%	44,83%	21,81%	34,73%
Total Geral	43,77%	39,66%	36,08%	55,36%	40,99%	44,45%

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Execução do PPI	25,69%	35,84%	26,99%	38,93%	45,00%	44,16%



Da análise destes quadros nota-se que em 2012 o valor das despesas correntes foi superior ao das receitas correntes, situação que já vem acontecendo desde 2002, ano da implementação do POCAL, não se conseguindo dar cumprimento ao princípio de equilíbrio orçamental previsto no POCAL. Esta situação prende-se com a incapacidade do Município gerar receitas próprias, estando quase exclusivamente dependente dos fundos estatais, e com o facto de ao longo dos anos se ter criado uma estrutura de despesas correntes demasiado pesada para as receitas existentes.

As percentagens de execução orçamental no ano de 2012 foram de 44,45% na despesa e 45,20% na receita, um aumento face ao ano anterior. Deve-se também salientar a execução do Plano Plurianual de Investimentos, de 44,16%, que teve um ligeiro decréscimo em comparação a 2011, no entanto estes dois últimos anos revelam um grande aumento em comparação aos anos anteriores, devido às execuções de projetos financiados por fundos comunitários.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2012 são os seguintes:

	2011	2012	Diferença
Remunerações	3.289.186,31	2.694.578,79	-594.607,52
Encargos Sociais	668.948,00	555.261,65	-113.686,35
	3.958.134,31	3.249.840,44	-708.293,87

A redução em termos de despesas com pessoal que se verifica em 2012 prende-se com o fim de contratos de pessoal a termo, com o cancelamento em Julho de 2011 da transferência de competências do pessoal não docente das escolas cujo acordo tinha sido assinado com o Ministério da Educação, bem como com a aposentação de alguns funcionários. Deve-se também salientar que em 2012 houve cortes nos subsídios de férias e de natal de alguns funcionários, por imposição do Orçamento de Estado para esse ano.

Em termos de limites com as despesas com o pessoal, e de acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06/04, na redação dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09, e de acordo com a Brochura n.º 5 do SATAPOCAL, os valores para 2011 são os seguintes:

**Despesas 2012**

Pessoal do Quadro		
Classificação	Descrição	Despesa
010103	Pessoal dos Quadros – Regime da Função Pública	- €
010104	Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho	1.995.457,15 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	719,01 €
01011301	Subsídio de Refeição – Pessoal dos Quadros	174.805,26 €
01011401	Subsídio de Férias e de Natal – Pessoal dos Quadros	120.902,10 €
Total		2.291.883,52 €

Pessoal do fora Quadro		
Classificação	Descrição	Despesa
010106	Pessoal Contratado a Termo	74.156,26 €
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	24.354,00 €
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	62.871,78 €
01011302	Subs. de Refeição – Pessoal em Qualquer Outra Situação	25.329,91 €
01011402	Subs. de Férias e de Natal – Pessoal Qualquer Outra Situação	27.760,60 €
Total		214.472,55 €

Limites 2012:

Total de receitas correntes 2011	Limite pessoal do quadro 2012 (60%)	Limite pessoal fora do quadro 2012 (25% dos 60%)
6.435.777,00 €	3.861.466,20 €	965.366,55 €
Despesas c/ pessoal	2.291.883,52 €	214.472,55 €
Folga	1.569.582,68 €	750.894,00 €
% utilizada	59%	22%

Como se pode verificar, o Município encontra-se muito abaixo dos limites legais. É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu mensalmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado:

	2008	2009	2010	2011	2012	2012-2011
Imob. Domínio Público	23.498.536	24.338.332	24.390.980	24.470.139	24.900.535	430.396
Imob. Corpóreo	15.951.626	16.279.867	15.753.696	16.866.783	16.539.066	-327.717
	39.450.162	40.618.199	40.144.675	41.336.922	41.439.601	102.680

Da análise desta classe do balanço verifica-se um ligeiro aumento do património da Autarquia comparativamente ao ano anterior. Os aumentos do património do Município em 2012 devem-se aos investimentos mencionados na introdução deste relatório. É de salientar que muitos bens de imobilizado são depreciados anualmente de acordo com as regras contabilísticas vigentes.

- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2012 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos



municipais. No que diz respeito a comparticipações de candidaturas apresentadas, os valores a receber foram contabilizados na conta “26829 – Comparticipações por receber”.

- Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2012 foi agravado devido à aplicação dos resultados líquidos negativos de 2011 no valor de 537.183,79€, bem como pela criação de uma provisão no valor de 1.438.358,53€ para investimentos financeiros, tendo em conta os resultados transitados negativos que afetam o capital próprio da empresa municipal.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2008	2009	2010	2011	2012	2012-2011
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	8.968.887	10.831.277	9.303.372	15.317.380	15.127.691	-189.689
Dívidas a 3ºs de MLP	11.210.950	10.255.822	13.364.484	9.481.659	7.787.430	-1.694.229
	20.179.838	21.087.099	22.667.856	24.799.039	22.915.121	-1.883.918

Comparativamente ao ano anterior é evidente a grande redução nas dívidas a terceiros. Esta redução prende-se essencialmente com a aplicação da Lei dos Compromissos, mas também com a aplicação das poupanças resultantes do não pagamento dos subsídios de férias e natal no pagamento de dívidas a fornecedores que foi de cerca de 214.000€, bem como da utilização das verbas



retidas ao Município no Fundo de Regularização Municipal, para pagamento de dívidas em atraso no montante de 179.076,94€.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2012 e que apenas serão pagos em 2013, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.



4.2 – Demonstração de resultados

- Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflete a criação de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.

- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2012, restituições, diversas regularizações e custos relacionados com processos judiciais.

- Contas 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes.

- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.



- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos trabalhos para a própria entidade, que em 2012 foram valorizados em 143.567,72€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, que se encontram refletidos na conta 75 da Demonstração de Resultados. As obras efetuadas foram as seguintes:

Pista de Pesca – Ratoeira	3.481,81
Reabilitação da EB1 de Vide Entre Vinhas	7.797,21
Requalificação da Rua M. Anacleto Guerreiro e Rua do Freixo – Lajeosa	3.941,98
Drenagem de águas pluviais EN 102 – Celorico Gare	18.343,16
Reabilitação dos balneários na Lajeosa	15.507,30
Requalificação de espaço em Vide Entre Vinhas (Casa Demolida)	2.573,18
Muro de suporte (Rua do Lar) Estrada do Fornotelheiro	2.306,02
Conservação da calçada romana – Santa Maria	703,63
Arranjo urbanístico na Rua do Cemitério – Carrapichana	15.046,99
Calçetamento da Rua Rui Jorge Tavares Pereira – Lajeosa	11.835,18
Açude na Ratoeira	4.278,66
Reabilitação da EB1 Velosa	27.247,22
Requalificação da Rotunda EN 17	5.491,41
Requalificação da Praça da República	1.530,16
Reabilitação da EB1 do Maçal do Chão	4.799,25
Muro nas Quintãs de Baixo	237,56
Reabilitação das Instalações sanitárias de Salgueirais	5.719,26
Muro de suporte na Carrapichana	1.489,69
Loteamento das Ingotas	321,27
Requalificação das margens do rio Mondego – Ratoeira	9.413,45
Parque Industrial A25	1.503,33
	143.567,72

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, bem como a especialização e acertos das



receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor positivo de 291.988€, apesar da diminuição das vendas e prestações de serviços e das transferências obtidas. Este aumento dos resultados deve-se essencialmente à diminuição dos custos em geral, nomeadamente dos custos com o pessoal em cerca de 708.000€ tal como já foi referido anteriormente neste relatório.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município de Celorico da Beira é de desequilíbrio financeiro estrutural, reflexo das dificuldades financeiras que a Autarquia já enfrenta à vários anos. Tendo em conta o montante de compromissos assumidos e não pagos acumulados ao longo de vários anos, o endividamento excessivo, as poucas fontes de receita, as medidas de austeridade que resultaram em mais cortes no Fundo de Equilíbrio Financeiro em relação a 2011 que no nosso caso foi de 225.133€, não restou alternativa senão declarar a situação de desequilíbrio financeiro estrutural no termos da Lei das Finanças Locais. A criação do Programa de Apoio à Economia Local veio facultar aos Municípios uma fonte de financiamento adicional a custos mais reduzidos em comparação aos financiamentos da banca, a qual o Município irá recorrer assim que o Tribunal de Contas aprove o plano de reequilíbrio financeiro que já inclui a adesão ao PAEL. A situação de desequilíbrio financeiro estrutural em conjunto com o PAEL, impõe diversas condições que irão condicionar a atividade do Município nos próximos anos, nomeadamente o cumprimento rigoroso dos objetivos estipulados no plano, bem como a maximização das receitas provenientes de taxas e impostos cobrados aos Munícipes, mas no entanto esta é atualmente a única alternativa legal viável para a resolução dos problemas da Autarquia. A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso veio também limitar as despesas a realizar pelos Municípios, impondo um controlo mais rigoroso na autorização de realização de despesas, sendo um fator relevante para o cumprimento do plano



de reequilíbrio, cuja execução será fiscalizada pela Assembleia Municipal e pelo Estado.

5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

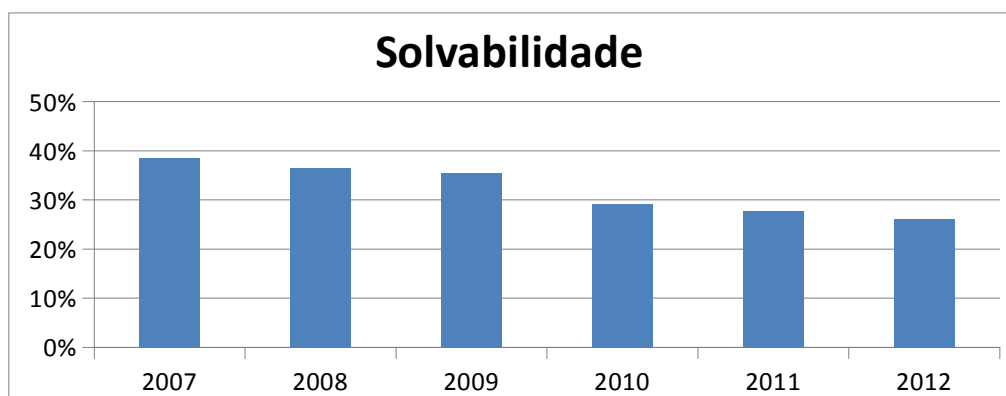
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Solvabilidade (FP/P)	39%	37%	36%	29%	28%	26%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	28%	27%	26%	22%	20%	18%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	20,98%	28,61%	20,30%	23,12%	17,71%	13,53%

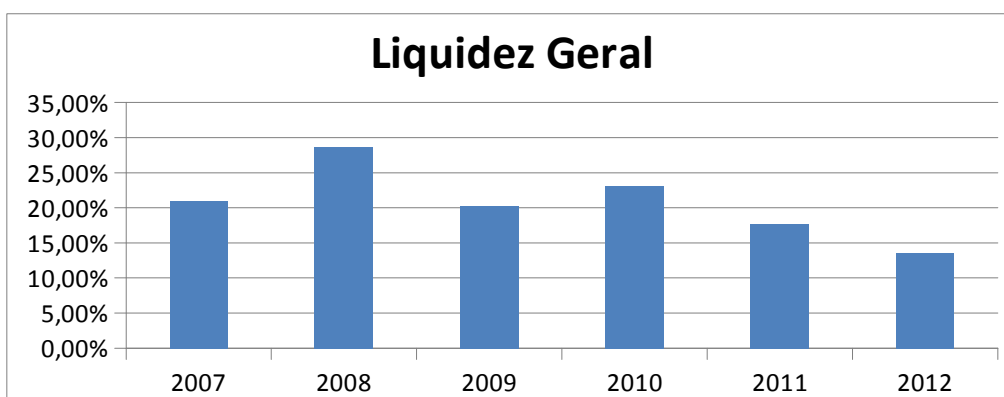
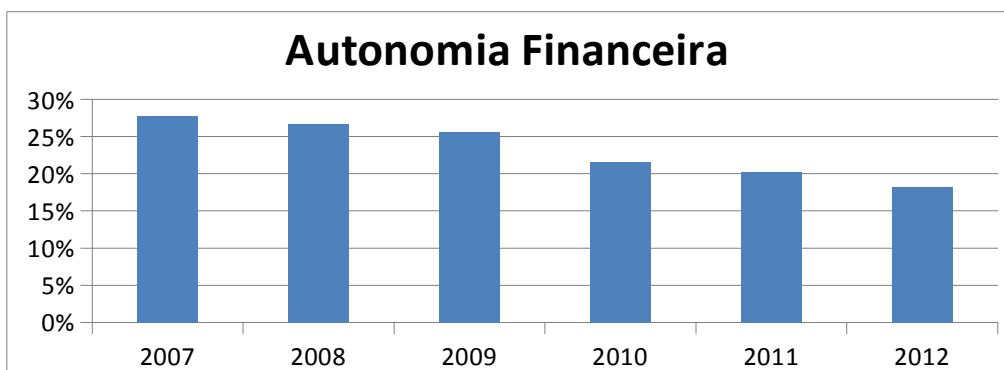
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores dos rácios apresentam decréscimos face ao ano anterior devido ao facto de se ter criado uma provisão tendo em conta os resultados transitados negativos que afetam o capital da EMCEL, que implica uma redução da participação financeira registada nos ativos do Município por contrapartida de uma redução nos capitais próprios.



5.2 – Endividamento

Em termos de endividamento líquido a evolução do mesmo é demonstrada no quadro seguinte:

	2008	2009	2010	2011	2012
Limite Endiv Líquido	7.600.980	7.921.863	8.320.350	15.120.641	15.589.274
Endividamento Líquido	13.544.252	14.892.071	17.607.683	18.464.587	17.699.543
Excesso	5.943.271	6.970.208	9.287.333	3.343.946	2.110.269

Excesso a 01-01-2012 *	Excesso a 31-12-2012	Redução
2.875.312	2.110.269	26,61%

De acordo com os valores obtidos à presente data junto da DGAL, em 2012 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 23,42% face aos limites previstos. Esta redução ultrapassa em muito os 10% a que o Município estava obrigado, e deve-se essencialmente à grande redução das dívidas a fornecedores conforme o evidenciado no balanço cuja análise já foi efetuada anteriormente neste relatório. Assim em 2012 o Município cumpriu os objetivos de redução do endividamento líquido, bem como conseguiu também cumprir com a redução dos pagamentos em atraso imposta pela Lei dos Compromissos. O objetivo de pagamentos em atraso no final de 2012 era de 5.514.703 segundo o comunicado pela DGAL, sendo que o Município registou no fim do ano um montante de 5.473.178. A redução dos pagamentos em atraso foi conseguida através da liquidação de dívidas a fornecedores, bem como através da realização de acordos de pagamento com diversos fornecedores nos termos da Lei dos Compromissos.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício, foi positivo no valor de 291.850,92€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2013 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)